



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI 127/2023, 128/2023 e 129/2023.

I – MATERIA

PL nº 127/2023 Inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total.... R\$ 33.000,00."

PL nº 128/2023 Inclui na lei nº 2461/2022 e nos seus respectivos anexos – LDO para 2023, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total. R\$ 33.000,00."

PL nº 129/2023 Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por superavit financeiro e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total. R\$ 33.000,00."

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável aos projetos: **PL nº 127/2023** Inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total.... R\$ 33.000,00." **PL nº 128/2023** Inclui na lei nº 2461/2022 e nos seus respectivos anexos – LDO para 2023, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total. R\$ 33.000,00." **PL nº 129/2023** Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por superavit financeiro e dá outras providências projeto/atividade: 1358 – aquisição de equipamentos para unidades descentralizadas de reabilitação (udr's) total. R\$ 33.000,00."



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

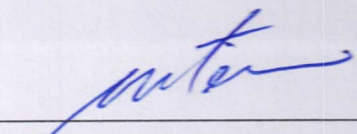
Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 127/2023, 128/2023 e 129/2023.

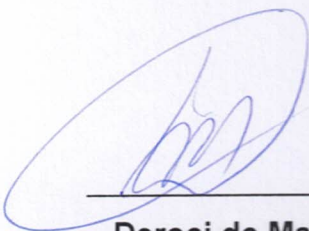
III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

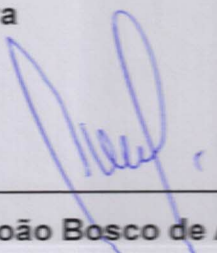
Acompanhando o voto do EXMO Deroci de Matos, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão de constituição e Justiça, após análise do Projeto de Lei 127/2023, 128/2023 e 129/2023, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 21 de junho de 2023.



Cleiton Rodrigues da Silva
Presidente

Deroci de Matos
Relator

João Bosco de Arruda
Membro